

Transcrições Públicas e Ocultas: a tentativa de sublevação alemã na colônia agrícola D. Pedro II (Juiz de Fora – 1858):

Public and Hidden Transcriptions: the German rebellion attempt in the D. Pedro II agricultural colony (Juiz de Fora – 1858)

*Deivy Ferreira Carneiro***

Resumo

O artigo busca compreender, através de um processo criminal de "Ameaça", uma tentativa de sublevação fomentada por alguns imigrantes germânicos na colônia agrícola D. Pedro II em dezembro de 1858. Pretendemos entender as relações de resistência e subordinação e apreender como as representações ocultas dos alemães subordinados divergiam das falas e dos atos praticados na interação entre estes e o diretor da colônia.

Palavras-chaves: imigrantes alemães, sublevação, resistência.

A Radiografia da Tentativa de Sublevação

Entre os meses de abril e junho de 1858 saíram do porto de Hamburgo cerca de 1162¹ germânicos com destino a pequena cidade Santo Antônio do Paraybuna, atual Juiz de Fora. A vinda desses alemães para tal localidade esteve ligada indiretamente, em primeiro lugar, ao bem estar da produção cafeeira, através da construção da rodovia União e Indústria; em segundo lugar, à tentativa de implantação do núcleo colonial agrícola D. Pedro II que objetivava abastecer o mercado interno

¹ Este artigo é uma versão resumida do 4º capítulo da Dissertação de Mestrado "Conflitos, crimes e resistência: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de Fora – 1858/1921)", defendida no PPGHIS/UFRJ sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Luiz Bretas.

² Doutorando em História Social pelo PPGHIS/UFRJ. Endereço eletrônico: deivycarneiro@ig.com.br.

com produtos alimentícios². Este processo de inserção dos alemães em Juiz de Fora foi marcado por muitos problemas e dificuldades. Até o final de 1858 apenas 36 famílias de tirolezes haviam recebido seus lotes para cuidarem de suas criações e plantações, fato este que causava profundos descontentamentos entre aqueles que ainda não haviam recebido suas terras, levando alguns prussianos, badenses e tirolezes a organizar reclamações coletivas ao diretor da colônia³.

Em dezembro de 1858, ao regressar de uma viagem que havia feito ao Rio de Janeiro, o diretor da colônia alemã, Jorge Christiano Giobert, é notificado que alguns colonos ameaçaram-no na sua ausência. Espantado, colocou-se a investigar os acontecimentos durante mais ou menos três dias, redigindo então duas cartas para o delegado de polícia de Santo Antônio do Paraybuna, ambas datadas de 31 de dezembro, para que este agisse e prendesse os colonos envolvidos na querela. Eis alguns trechos do que estava escrito:

"No dia 26 deste mês, ao regresso da viagem que fiz ao Rio de Janeiro, tive a notícia de que vários colonos haviam se expressado e expresavão-se a meu respeito com rancor e ódio, elevado a ponto tal que difícil faria de exprimir. Ignorando a crença que determinava semelhante procedimento, sentir de esclarecer-me, e procedi com a devida prudência as investigações necessárias. Eis o que colhi:

Que o colono Keil, dias antes, tinha espalhado o boato de que eu fora assassinado com hum tiro; Que ao propalar este boato mostrava-se ébrio de prazer o que era natural visto que, como declarava, ficavam desta forma satisfeitos os seus mais ardentes desejos; Que resultando ser falsa a notícia do assassinato, pela minha chegada, o colono Schweigerts enfurecido entrou em sua caza e, tomando um estoque, disse que naquele mesmo momento ia tirar-me a vida isto é; realizar o que o que não se tinha realizado.[...]

Advertido por muitos e, prevenido naturalmente pela minha própria conservação, cheguei apagar-me do fio destas gentilezas e, pouco tem me custado ao depois, avançar até o coração da trama no fato que a concebía.

Essa trama é negra como a alma dos perversos que por si mesmos ou arrastados talvez ao crime por espírito ainda mais perverso, tiveram a audácia de concebê-lo e o embalam.[...]

Nas casas aonde moravam os colonos Beiser e Keil, ora em uma ora em outra, há reuniões noturnas. Nestas reuniões, além de alguns colonos, comparecem Hugo Euen e o suíço Augsburg. São estas reuniões uma

espécie de desvario; formam tumulto infernal, e figuram como cabeças os colonos Beiser, Keil e Schweigerts. Esses três colonos parecem ter dos demais prestígio, os mais insuflados e os que após se si arrastarão ao crime outros menos advertidos. O primeiro dos três, o Beiser, no auge de seu furor declara que pode fazer tudo: que tem consigo um documento de peso de alta importância e que além disto é aconselhado por outro de muito valimento, que reside nesta circunvizinhança.

O plano que Beiser, Keil e Schweigerts tem em mente é o seguinte - Instigarão aos que fazem parte do complot a reunir-se, para ao depois, munidos e armados virem a minha casa e exigir-me tudo quanto queiram. Se não forem atendidos que nada devem a companhia, cometerão as atrocidades que tramam, atrocidades sem nome, porque às infâmias e aos crimes começados a por em prática não se pode marcar o paradeiro. Não satisfeitos com isto o colono Keil aventa a idéia de que melhor será por fogo em tudo e que nada devem temer tendo-o à frente porque são muitos e de bastante coragem e bem armados.

Como director da colônia, e como mais interessado para a tranqüilidade e bem estar da mesma, levo ao conhecimento de V. Sr. o que procede: quer como Director quer como particular peço a V. Sr. energicar providencias para a captura dos culpados, me firmo esperança de que se o fazem, a lei saberá puni-los: **é o exemplo que moraliza o povo**.* (grifo nosso)

No mesmo dia, José Capistrano Barboza, o delegado de polícia e também vereador de Santo Antônio do Paraybuna, mandou à colônia um oficial de justiça acompanhado do destacamento policial da cidade. Foram presos apenas os colonos indicados pelo diretor como sendo os líderes da sublevação⁵.

De acordo com Giobert, a tentativa de sublevação estava sendo liderada pelo prussiano Hugo Euen, pelos tirolezes Estalino Beiser e Josef Keil, pelo badense Francisco Schweigert e pelo negociante suíço Ferdinand Augsburg. Devido a natureza de sua profissão, pairava sobre ele a desconfiança de ser um aliciador de colonos que estava tirando vantagem da situação conflituosa. Havia um grande medo, por parte da direção da colônia, que o suíço estivesse tentando levar os germânicos para trabalhar em alguma fazenda que estivesse carecendo de braços na lavoura. Além disso, foi acusado de vender armas para os colonos atentarem contra a vida do diretor. O que conseguimos apurar através dos testemunhos contidos no processo foi que realmente Augsburg vendeu uma arma ao colono Pedro - o qual não conseguimos identificar. Se realmente era ou não aliciador de colonos, os dados presentes no processo não permitiram nenhum tipo de afirmação.

Durante a análise das fontes, não foi possível precisar o número exato de participantes das reuniões. Entretanto, um contingente aproximado de "revoltosos" aparece no processo. Tanto no relato de Giobert, presente nas cartas que escreveu, quanto nos depoimentos dos acusados e das testemunhas, figuram cerca de 25 a 30 germânicos. Segundo os dados de que se dispõe, o grupo era formado majoritariamente por homens. A presença feminina não teve muita proeminência na elaboração e discussão das propostas visto que, aparentemente, não ocuparam posição de relevância no movimento. Entretanto, elas participaram de todas as petições que foram feitas ao diretor da colônia exigindo melhorias nas suas condições de sobrevivência, como fica claro nas declarações dos envolvidos.

Profissionalmente, os líderes da revolta encontravam-se todos na categoria de artífices que trabalhavam para a Cia. União e Indústria e que naquele momento estavam buscando a posse das terras que tinham direito de acordo com o contrato de trabalho assinado. A vontade de receberem suas terras e começarem a cultivá-las associada à demora na entrega dos lotes foram algumas das principais causas do conflito.

Com relação a idade e alfabetização, só obtivemos os dados dos indivíduos indiciados. Com idades variando entre 28 e 52 anos, todos se declaravam alfabetizados em alemão e desconheciam até aquele momento a língua portuguesa, visto que foi necessário o auxílio de um intérprete no momento em que foram tomados os depoimentos. Contudo, pela dificuldade com que assinaram seus nomes nos autos do processo, parece que a alfabetização destes indivíduos era bastante precária.

Outra questão que nos chamou a atenção foi o fato de apenas Keil, Euen, Beiser, Schweigert e Augsburg terem sido presos, já que o próprio Giobert sabia que cerca de 25 pessoas participavam das reuniões. Com relação ao suíço Augsburg, como dissemos acima, a resposta é fácil de se descobrir. Já nos casos dos colonos a resposta não é tão clara. Ao que tudo indica, somente eles acabaram presos porque foram os únicos indicados como líderes da revolta. Percebe-se claramente na fala de Giobert que, punindo exemplarmente os líderes da sublevação, esta perderia sua força e os demais colonos envolvidos voltariam às suas atividades normais e não dariam mais trabalho para a administração da colônia. Em suma, a idéia do diretor era de que através da punição dos líderes a revolta acabaria rapidamente e não seria necessário levar para a cadeia municipal um contingente tão importante de mão-de-obra relativamente especializada, o que certamente provocaria alterações no sistema de trabalho da Companhia União e Indústria.

Os germânicos da colônia D. Pedro II que chegaram ao Brasil em 1858, vieram das mais diferentes partes, com formação cultural das mais

diversas matrizes e assim sendo, não podem ser considerados de forma alguma um grupo homogêneo, que vivenciava da mesma maneira suas experiências de subordinação. Todavia, acreditamos que devido às dificuldades iniciais, alguns indivíduos de padrões culturais diversos se uniram no intuito de contornar e enfrentar seus problemas, e assim, acabaram minimizando suas diferenças em prol de um objetivo comum. Com o passar do tempo, a partir da inserção deles em redes de solidariedades mútuas e com a formação de laços de parentesco e amizade, a comunidade tomou-se mais coesa e menos heterogênea, guardando ainda sim, as peculiaridades próprias de cada grupo⁶.

Vejamos então como toda esta história foi construída e vivenciada por seus atores para, em seguida, apreendermos como o grupo subordinado vivenciou sua resistência à privação de alimentos, terras e trabalho no último mês de 1858.

Analisando o processo criminal percebemos que na segunda quinzena de dezembro de 1858 ocorreram reuniões quase que diárias nas casas de Keil, Beiser e Euen. A casa deste último, por exemplo, foi utilizada como palco de algumas destas reuniões nas quais ocorreram reclamações, por parte de alguns colonos, da precariedade de suas condições de vida. Em uma dessas reuniões Euen ouviu:

"[...] alguns colonos dizer que pretendião, representar pacificamente ao director da Colônia no sentido de melhorar-se a sorte dos mesmos: e a razão era porque não recebendo os seus salários no tempo marcado, não podiam cumprir seus pagamentos na cidade e por isso perdião o crédito para os negociantes, e que alem disso no Armazém da Colônia vendião a carne por um vintém mais caro do que na cidade".

Até a última semana de dezembro foi este o padrão de encontro que dominou praticamente todas as reuniões. Tanto na casa de Euen quanto nas casas de Keil e Beiser, ocorreriam reuniões onde procuravam encontrar alternativas práticas para que a situação calamitosa pela qual passavam fosse resolvida. Foram nestas reuniões que programaram fazer uma representação ao diretor levando suas reclamações. Com a recuperação dos relatos conseguimos descobrir que foram realizadas duas representações, a primeira, que não conseguimos precisar o dia (possivelmente pouco antes da viagem do diretor) e a segunda, no dia 28. Na primeira, os colonos foram recebidos pelo diretor e reclamaram das péssimas condições as quais estavam submetidos e Giobert prometera que assim que as medições dos prazos estivessem concluídas, os lotes de terra seriam entregues para os colonos. Entretanto, as respostas fornecidas pelo diretor não convenceram os colonos e estes fizeram outra representação no dia 28 de dezembro.

A partir deste segundo encontro oficial entre o diretor e os colonos, o padrão das reuniões mudou. Neste dia eles foram até Giobert e este não os recebeu bem, gerando uma mudança de comportamento por parte de alguns imigrantes. Desde então continuou-se a realizar reuniões nas casas de Beiser e Keil, nas quais passaram a ser proferidas palavras de ofensas e ameaças ao diretor e à própria Companhia União e Indústria. Observa-se também a eclosão de planejamentos de uma sublevação que visava a resolução dos vários problemas já mencionados. Foi a descoberta do conteúdo dessas reuniões que ocasionou, no dia 31, a prisão dos mesmos por tentativa de sublevação.

Das oito testemunhas incluídas no processo, duas eram vizinhas de Beiser e Keil. Boa parte dos assuntos discutidos nestas últimas reuniões foram escutadas por Anna Kelmer, vizinha de Keil, bem como por Jorge João Glatzel, enfermeiro da Colônia, que do Hospital escutava todas as conversas, visto que tal estabelecimento dividia parede com a casa de Beiser. No dia 29 Glatzel ouviu:

"[...] dizer-se em tais reuniões as seguintes palavras: estes ladrões, estes cachorros, esta canalha, havemos de mostrar que nós podemos alguma coisa, e que elles hão de lembrar de nós. [...] hoje havemos de ir lá, e se não alcançarmos os nossos direitos, havemos de mandar tudo para o diabo, e havemos de matar tudo".

Segundo este enfermeiro, tais palavras eram proferidas contra o diretor e contra a Companhia União e Indústria em geral.

Neste sentido, observamos que as reclamações ocorreram principalmente porque os colonos perceberam que algumas cláusulas do contrato⁷, não haviam sido cumpridas e que não estavam recebendo os serviços e benefícios prometidos pela Companhia.

Nossa "quase-rebelião", tentando criar uma estratégia de negociação, acabou tendo seus fins não concretizados. Os colonos buscaram o que acreditavam ser parte de seus direitos através de uma linguagem respeitosa e subserviente para, desta forma, evitarem a represália que viria em seqüência de uma possível exaltação de ânimos (como na verdade veio). Não foram capazes, entretanto, de perceber que a estrutura de dominação existente que tentaram desafiar estava de tal forma solidificada que até suas reuniões ocultas não conseguiram escapar do controle e vigilância do diretor da colônia.

Partindo da analogia feita por Carlo Ginzburg a respeito das semelhanças entre o trabalho do inquisidor e do antropólogo⁸, sabemos que os processos criminais devem ser lidos como resultado de uma relação especial, em que há desequilíbrio total das partes envolvidas. Para decifrá-los, temos que aprender a perceber, para além da superfície do

texto, a interação sutil de ameaças, medos, ataques e recuos, ou seja, temos que aprender a desembaraçar as teias que formam a malha textual desses diálogos⁹. Sendo assim, estando ciente do papel que possuem os vários mediadores presentes no processo (no caso o próprio aparato coercitivo e também a diferença lingüística), atuando como filtros que atenuam, reforçam ou distorcem os conteúdos culturais¹⁰.

Os germânicos habitantes da Colônia agrícola D. Pedro II planejaram ações conspiratórias por possuírem a noção clara de que não eram simples servos da Companhia União e Indústria, merecedores de sua benevolência e favores. Sabiam que eram trabalhadores assalariados livres, que possuíam alguns direitos versados em um contrato de trabalho assinado com a mesma Companhia. Na impossibilidade de assegurarem seus direitos de forma explícita devido a enorme disparidade de poder, tentaram obtê-los através de uma via pacífica, marcada por atos de deferência e submissão, mas como não foram atendidos, apelaram para uma via alternativa permeada por teores conspiratórios e sublevatórios que passava por atos incendiários, de violência e homicídio.

Em um ensaio já clássico, E. P. Thompson definiu a "economia moral da multidão inglesa do século XVIII" como o conjunto de valores que legitimavam, aos olhos dos seus autores, os tumultos por causa do preço e qualidade do pão que se verificava na Inglaterra dos setecentos¹¹.

O fenômeno que estamos analisando parece inspirar-se em valores análogos. Por acreditarem que os termos de seus contratos não estavam sendo cumpridos adequadamente pelo diretor da colônia, os colonos insatisfeitos organizaram duas petições ao diretor, marcadas com signos de deferência e subordinação. Acreditavam que suas atitudes eram justas por se tratar do requerimento de direitos legais. Não tendo suas vontades atendidas tomaram o papel que cabia a justiça e agiram em prol da consumação de seus direitos.

A sublevação poderia ter assumido dois papéis para os alemães: funcionaria como o estabelecimento de uma ordem desejada, pois alguns membros do grupo esperavam ter suas expectativas garantidas através de seus atos e, com isso, levar suas vidas trabalhando e cultivando suas subsistências em suas propriedades. Já para o grupo com pensamentos análogos aos de Beiser e Keil, a sublevação funcionaria como uma espécie de vingança, marcada por signos de ódio e violência, contra o destrato cometido pelo diretor da colônia, onde tudo seria destruído e os colonos sublevadores iriam para outro lugar que possibilitasse a garantia de condições dignas de sobrevivência. Nesse sentido, compreende-se porque germânicos das mais diferentes localidades se uniram. Apesar de possuírem valores culturais diferentes, a espontaneidade das ações permitiu a coesão desses grupos em um momento de conflito¹².

As atitudes dos colonos alemães, marcadas por planos sublevatórios violentos, configuravam situações obviamente não identificáveis com o caos. Na afirmação violenta ao direito das terras, de melhores trabalhos e alimentação, afloravam valores e tensões latentes nos períodos anteriores de normalidade. Daí um valor sintomático de um fenômeno marginal como indício das dificuldades iniciais da inserção dos germânicos na cidade de Juiz de Fora. Apesar de ter sido suprimida antes de sua possível eclosão e de não ter possibilitado muitos resultados positivos em prol dos colonos, essa revolta nos possibilita apreender as condições iniciais da imigração teuta para Juiz de Fora bem como perceber como estes imigrantes vivenciaram suas primeiras experiências de escassez e opressão em solo brasileiro.

As Transcrições Públicas e Ocultas

A partir de agora, estaremos analisando os discursos proferidos pelos vários atores envolvidos na história. Acreditamos que a aplicação dos conceitos "Transcrição Pública e Transcrição Oculta", desenvolvidos por James C. Scott¹³, na análise do processo criminal permitirá a compreensão de como os elementos presentes na tentativa de sublevação foram gerados e compartilhados entre os colonos e, além disso, possibilitará a percepção de como e porque essas pessoas tiveram seus planos descobertos pelo diretor da colônia e acabaram sendo punidas.

Transcrições Públicas são as representações de poder produzidas nas interações diretas entre poderosos e subalternos¹⁴. Nelas, os subalternos dirigem seus comportamentos estrategicamente para se encaixar nas expectativas dos poderosos, dando signos de deferência e respeito, não questionando ou replicando os insultos.

Ao analisarmos nosso processo percebemos que os envolvidos na organização da sublevação aparecem como indivíduos que têm bem claro seus objetivos, mas que buscaram alcançá-los de forma subserviente e pacífica, demonstrando claramente deferência em seus comportamentos públicos. O réu Schweigert, por exemplo, quando perguntado pelo delegado se havia tratado de fazer uma representação ao diretor da colônia, *"respondeu que, ele com outros, se dirigiram pacificamente na terça-feira passada ao diretor para pedir trabalho para os colonos"*. Na mesma situação, Josef Keil *"respondeu que ele respondente, e mais alguns colonos em número de 30 mais ou menos, dirigiram-se a poucos dias ao diretor, pacificamente, para pedirem trabalho para a subsistência de suas famílias, ou a entrega dos lotes de terra a que os colonos tinham direito."* Já Hugo Euen *"ouviu alguns colonos dizer que pretendiam representar pacificamente ao diretor da colônia no sentido de melhorar a sorte dos mesmos". Segundo Beiser, ele "quis entregar a carta ao diretor Giebert mas ele não quis aceitá-la" (todos os grifos são meus)*

Como nos casos analisados por Scott, as práticas de deferência apresentadas pelos colonos em questão devem ser interpretadas sobretudo como um contragolpe de um desejo de respeito e submissão exigidos pelos seus superiores, em outras palavras, exigidas por Giobert. Quando acessamos as opiniões dos colonos referentes ao diretor, percebemos que, nos momentos em que estão longe da vigilância do mesmo, invariavelmente se referem a Giobert como "ladrão", como "indivíduo que não cumpre suas promessas" e que por isso, "deveria ter as mãos e os pés cortados", a punição clássica aplicadas em ladrões. Em todos os momentos em que se encontram sozinhos, mostravam ódio e rancor a respeito daquele que exercia a autoridade direta sobre eles. A partir deste fato, podemos apontar algumas constatações. Em primeiro lugar, fica claro que as aparências que o poder requer são impostas forçosamente sobre os subordinados. No palco, os papéis são largamente escritos de cima e devem reforçar as aparências aprovadas pelos dominantes¹⁵. Quando lemos as cartas escritas por Giobert, observamos que uma das coisas que mais lhe espantou foi a "rebelião" de pessoas que, segundo ele, deviam-lhe respeito e reconhecimento. Percebe-se que o comportamento subserviente por parte dos germânicos é mais requerido por Giobert do que aceito naturalmente por eles. Neste sentido, os subordinados ensaiavam uma performance de deferência, procurando discernir e ler as intenções reais e o ânimo ameaçador do diretor da Colônia. Já este último produzia sua performance de domínio e comando procurando sempre observar por trás das máscaras dos dominados.

A Transcrição Pública foi utilizada também pelos "poderosos", mas com o intuito de esconder os fatos inconvenientes que pudessem levantar dúvida à sua legitimidade. Quando os inquiridos foram concluídos, Mariano Procópio, presidente-diretor da Cia. União e Indústria e da Colônia Pedro II, envia uma carta ao juiz responsável pelo caso, o Doutor Antero José Lage Barbosa, membro de uma importante família local, pedindo que seus colonos fossem soltos. Estipulada a quantia de 1:380\$000 como fiança, Mariano autoriza o pagamento da mesma e, além disto, fornece aos colonos um advogado de defesa (seu próprio advogado e um dos mais famosos de Juiz de Fora - Moraes e Castro), conseguindo também com o juiz que eles não comparecessem para prestar contas até o dia do julgamento.

Este simples evento propiciou, ao nosso ver, duas vitórias para o Presidente da Cia. União e Indústria. Em primeiro lugar, pagando a fiança, Mariano mostra-se e é aceito como benevolente, o que facilitou a dominação posterior destes indivíduos, pois agindo desta forma, ele ganhou legitimidade entre os acusados e deixou de ser visto como agente de dominação, fato verificado em todo o processo. Em nenhum momento, Mariano Procópio é apon-

tado pelos colonos como autor das injustiças sofridas por eles, sendo Giobert o receptáculo de toda a culpa. Em segundo lugar, além do mascaramento da dominação, o presidente da Companhia pode tranqüilamente libertá-los, pois a opressão simbólica já havia sido efetuada. Essa expressão de poder substituiu, neste caso, o uso pesado da força coercitiva, economizando assim o uso da violência. O simbolismo visível da repressão permaneceu no meio dos imigrantes, na forma de palavras, na ameaça de novas prisões e de repressão. Entretanto, permanece a dúvida: o grupo subordinado interiorizou que seus superiores eram poderosos e, a partir de então, acabaram impondo a si mesmo uma grande parcela de subordinação ou acabaram, mais uma vez, resistindo como puderam fazendo uso sobretudo da deferência e da subserviência no trato com os seus superiores?

A análise das transcrições públicas, apesar de elucidar eventos importantes das relações de poder entre os grupos, é incapaz de mostrar plenamente os elementos conflituosos que estão inseridos nestas relações, pois quando é interessante para uma ou ambas as partes, o comportamento pode ser tacitamente distorcido ou dissimulado. Desta maneira, observamos que a grande disparidade de poder entre dominantes e subordinados e, somado a isto, a excessiva arbitrariedade na qual ele é exercido, fez com que a maior parte das transcrições públicas dos subordinados adquirisse uma forma estereotipada, uma espécie de molde ritualístico. Neste sentido, quanto maior foi a ameaça sofrida mais espessa se tornou a máscara de dissimulação usada pelos fracos. A Transcrição Pública não conta toda a história, pois pode retratar a deferência e o consentimento como as únicas táticas de sobrevivência que os fracos possuem para lidar com a opressão dos poderosos, bem como pode dar a impressão de que na maioria dos casos os subordinados endossam os termos de sua subordinação e são cúmplices da mesma¹⁶.

Se o discurso dos subordinados na presença do poder é denominado Transcrição Pública, James Scott usa o termo Transcrição Oculta para caracterizar as representações que ambas as partes elaboram entre seus pares sem a presença do outro lado e, no caso dos fracos, elas são formuladas em ocasiões onde o poder coercitivo das elites é suspenso. São os discursos de bastidores, proferidos fora da observação direta dos detentores do poder, sendo também formadas por práticas gestuais e/ou sonoras que confirmam, contradizem ou flexionam o que aparece na Transcrição Pública produzida por cada grupo nas relações de poder. É por meio delas que as pessoas formulam as noções contestatórias da reali-

dade social e organizam a resistência cotidiana. Quanto mais escondidas dos poderosos, as transcrições se tornam mais completas e coerentes, servindo como um tipo de contra-ideologia, especialmente quando a dominação é experimentada de uma forma relativamente homogênea. De acordo com Scott, é através da análise das transcrições ocultas que conseguimos perceber a natureza das expressões populares e, por meio da discrepância entre as duas transcrições, que podemos julgar o impacto da dominação no discurso público¹⁷.

Para os subordinados, a Transcrição Oculta é em grande parte produto da Transcrição Pública. Devido a necessidade de controlar as emoções e de reprimir as respostas naturais aos insultos e a indignidade as quais estão sujeitos na interação com os poderosos, os subordinados criam um impulso de desabafar e de restabelecer a dignidade quando estabelecem interações sociais entre si protegidos da vigilância dos poderosos¹⁸. As reações mais fortes dos subalternos à Transcrição Pública acontecem não somente por causa da violência material a qual estão submetidos, mas também devido à violência simbólica que experimentam em decorrência da exploração.

Em todos os depoimentos colhidos, fica claro que o descontentamento entre os colonos ocorria, basicamente, pela falta de salários, pela escassez de alimentos, pela demora na entrega dos lotes e pela vergonha ocasionada pela perda de crédito com os comerciantes da cidade.

Segundo Beiser, *"o objeto de suas queixas consentia na falta de pagamento de seus salários no devido tempo, e por causa da má qualidade dos viveres, sendo que algumas vezes sentiam faltas dos viveres"*. Keil disse também *"que dirigiam-se a poucos dias ao director, para pedirem trabalho para subsistência de suas famílias, ou a entrega dos lotes de terras a que como colonos tinham direito"*. A mulher de Schweigert numa visita a este na cadeia, no dia 3 de Janeiro, *"lhe disse que no Armazém só havia feijão e sal e mais nada"*. Percebemos também em tais relatos uma resistência a proletarianização pois, com a demora na entrega dos lotes, alguns colonos eram obrigados a trabalhar na construção da rodovia e assim, se viam afastados da vida camponesa.

Por parte dos revoltosos, percebemos que a maior parte das reuniões onde foram proferidas as ameaças contra o diretor e onde expressaram seus sentimentos ocultos ocorreram no período em que Giobert estava viajando para Petrópolis e nas ocasiões em que se encontravam sozinhos, nas casas de Beiser, Keil e Euen.

Na Transcrição Pública, estes imigrantes tinham que aceitar as humilhações decorrentes da falta de alimentos, terras, entre outros, humildemente e sem demonstrar reação. Por isso, muito do que ocorria na Transcrição Oculta destes indivíduos compunha-se de reações à Trans-

crição Pública. Eram respostas e negações produzidas "fora do palco", ou seja, longe da presença de Giobert. Isto é facilmente perceptível nos discursos relatados no processo. A testemunha Glatzil ouviu Beiser dizer: "hoje havemos de ir lá, e se não alcançarmos os nossos direitos, havemos de mandar tudo para o diabo, e havemos de matar tudo [...] dixerão mais que não tinham medo de que alguém lhes fizessem oposição pois que tinham armas".

A frustração gerada neste processo de dominação pode ajudar muito a compreender o conteúdo destas representações. O que percebemos na declaração transcrita acima é que as palavras dos germânicos representavam ações de raiva, ódio e agressão recíproca que, devido ao medo de retaliações, eram negadas publicamente na presença da dominação. Neste sentido, tais atos funcionavam para os colonos também como uma espécie de retaliação simbólica que era praticada nos bastidores para evitar opressão direta¹⁹.

Outra questão que percebemos é que nenhuma das práticas e discursos de resistência pode existir sem o reconhecimento, coordenação e comunicação entre os grupos subordinados. Para isto ocorrer, o grupo subordinado deve esculpir para si um espaço social isolado do controle e vigilância vindos de cima. Isto ocorre porque a Transcrição Oculta, sendo um produto social, é fruto das experiências comuns ao grupo e desta forma não existe como pensamento puro, existindo somente na extensão em que é praticada, articulada, coordenada e disseminada²⁰. Neste sentido, não podemos esquecer que os espaços sociais nos quais a Transcrição Oculta se desenvolve são eles mesmos uma realização de resistência.

Os locais primordiais *par excellence* para a criação destes espaços sociais são as assembléias secretas. As festas, tavernas, igrejas são locais nos quais além da vigilância estar suspensa, os comportamentos que são exigidos na transcrição pública também podem ser esquecidos. São nestas ocasiões que surgem as blasfêmias, as paródias, entre outras coisas²¹. Como relatamos acima, foram nas festas ocorridas na casa de Hugo Euen, na última quinzena de dezembro, que se iniciaram as reclamações contra as situações precárias que estavam sendo vivenciadas. Com o fracasso das "negociações" entre os colonos e o diretor, reuniões sistemáticas passaram a ser realizadas nas casas de Keil e Beiser e, nestas ocasiões, a deferência exigida publicamente foi abolida e foram proferidas ameaças e blasfêmias contra Giobert.

Quando observamos esses dados percebemos que os colonos envolvidos acreditavam estar plenamente protegidos do controle do diretor da colônia, pois se verifica que em tais reuniões, eles ameaçavam, xingavam e conspiravam contra Giobert sem medo algum de serem descobertos. Acreditavam que o espaço social que haviam "construído" para

manifestar suas opiniões sem dissimulação estava seguro da vigilância. Entretanto, tais locais acabaram sendo "patrolhados" por alguns membros da própria comunidade; pessoas amigas e/ou dependentes de Giobert e, em alguns casos, inimigas dos germânicos mais insuflados envolvidos nos eventos.

Considerações Finais

Procuramos identificar neste artigo as estratégias de sobrevivência e resistência adotadas por alguns colonos germânicos, moradores da Colônia agrícola D. Pedro II, durante o mês de dezembro de 1858. Ao analisarmos os discursos e ações produzidas durante o episódio da "tentativa de sublevação", concluímos que, para a compreensão das relações de poder entre Giobert/Mariano e os colonos subordinados, devemos considerar que o conflito ocorrido entre eles representou o embate entre a Transcrição Pública dos poderosos e a Transcrição Oculta dos oprimidos.

O relacionamento entre as duas transcrições funcionou de forma dialética. A Transcrição Oculta dos colonos representou os discursos e ações que foram ordinariamente excluídos das suas Transcrições Públicas durante o exercício do poder, este praticado por Giobert. A Transcrição Oculta acabou atuando de volta para a Transcrição Pública através da interiorização de práticas oposicionistas realizadas nos bastidores. Em outras palavras, a dominação realizada publicamente acabou gerando representações ocultas que atuaram revoltosamente contra a própria Transcrição Pública que as criou.

Realizando este tipo de análise, percebemos que a fronteira entre as duas transcrições funcionou como uma zona de luta entre os fracos e os fortes. Percebemos também que foram os fortes que prevaleceram no final da luta devido a discrepância de poderes envolvidas nas relações sociais entre dominantes e subordinados.

As representações ocultas vivenciadas pelos colonos tentaram realizar duas funções: proteger a identidade dos atores e, ao mesmo tempo, possibilitar a fala daquilo que não podia ser dito publicamente. Não funcionaram desta forma devido a inserção de "espiões", membros da própria comunidade, nas reuniões nas quais eram expostos os descontentamentos mais profundos. Tais práticas de resistência tentaram aliviar o padrão de apropriação material diária e, os gestos de negação realizados na Transcrição Oculta, responderam, de uma forma ou de outra, aos insultos diários de dignidade.

Abstract

The article tries to understand the rebellion attempt fomented by some germans immigrants at agricultural colony D. Pedro II in December 1858. We intend to understand the relationships of resistance and subordination and catch how the hidden representation of subordinate germans diverged from the talkings and actions practiced at the interaction among them and the director of the colony.

Key words: German immigrants, riot, resistance.

Notas

- ¹ Com relação à origem regional destes imigrantes, era predominante entre os colonos indivíduos do Grão-ducado do Hessen (335 pessoas - 28,82%); do Tirol (227 pessoas - 19,53%); de Holstein (155 pessoas - 13,33%), da Prússia (147 pessoas - 12,65%) e de Baden (147 pessoas - 12,65%). Somente destas cinco regiões, temos 86,98% do total de germânicos contratados pela Cia. União e Indústria. O restante (13,02%) dos imigrantes vieram da Saxônia, da Baviera, de Hannover, de Nassau, de Hamburgo, de Hessen-Eleitoral, de Brunswick, entre outros.
- ² Cf. STEHLING, Luiz José. Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os Alemães. Juiz de Fora: FUNALFA, 1979, e GIROLETTI, Domingos. A Industrialização de Juiz de Fora: 1850 a 1930. Juiz de Fora: Edufjf, 1988.
- ³ Cf: Relatório apresentado pelo Sr. Mariano Procópio Ferreira Lage ao Exmo. Sr. Conselheiro Herculano Ferreira Pena, Presidente da Província de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1859. p. 38-9.
- ⁴ Processo Crime: Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora. Caixa 45, série 16, Império- Ameaças.
- ⁵ Idem. Como estamos analisando apenas um processo criminal, a partir de agora não o citaremos mais em notas. Fica então subentendido que todas as vezes que fizermos referência ao ato sublevatório dos alemães estaremos nos remetendo ao já citado processo.
- ⁶ Cf: CARNEIRO, Deivy Ferreira. Conflitos, crimes e resistência: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de Fora - 1858/1921). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2004. Ver especialmente capítulos 1 e 4.
- ⁷ De acordo com o "Contrato firmado entre o Dr. F. Schmidt, encarregado pelo diretor-presidente da Cia. União e Indústria, o Sr. Mariano Procópio Ferreira Lage e o colono Carl Gühl e família". Este tipo de contrato era padrão e por isso é representativo acerca dos contratos assinados com os colonos germânicos que chegaram em Juiz de Fora em 1858. Na cláusula n.º 4 do contrato por exemplo, fica estipulado que seria pago aos colonos um salário nunca menor que 1\$500 reis por dia. Contudo, o que estava ocorrendo na verdade é que desde sua chegada até pelo menos o final de dezembro, os alemães não recebiam em dia seus salários. Era uma maneira clara de forçá-los a consumirem os produtos do armazém da colônia que, além de serem mais caros do que aqueles vendidos na cidade, inseria o imigrante numa rede de débitos que nunca o livraria da dependência da companhia, ocasionando-lhes constrangimentos e humilhações. Da mesma forma, a cláusula n.º 6 informa

que a companhia teria a obrigação de fornecer habitações convenientes para os colonos gratuitamente durante um ano. Entretanto não foi isto que aconteceu. Até a conclusão das medições dos prazos e da entrega dos mesmos, boa parte dos imigrantes ficou acampada nas proximidades da infecta lagoa da Gratidão sem as mínimas condições de higiene e também nas proximidades das estações da Cia. União e Indústria.

⁹ GINZBURG, Carlo. "O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações". In: **A Micro-História e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991, p. 206.

⁷ Idem, p. 210.

¹⁰ GINZBURG, Carlo. "Os pombos abriram os olhos: conspiração popular na Itália do século XVII". In: **A Micro-História e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991, p. 132.

¹¹ THOMPSON, E. P. "A economia moral da multidão inglesa no século XVIII". In: **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 150-202. De acordo com Thompson, em épocas de alta dos cereais e dos gêneros alimentícios na Inglaterra do século XVIII, os que se rebelavam pela falta de alimentos acreditavam que sua ação coletiva e violenta se justificava pelo fato da comunidade sentir que sua concepção de práticas de mercado "justas" tinha sido violada. As pessoas que sublevavam viam a legitimação de suas ações no fato de serem inspirados pela crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais e, em termos gerais, de que eram apoiados por um forte consenso da comunidade.

¹² A grande diferença entre os amotinados analisados por Thompson e os colonos alemães empregados da Cia. União e Indústria é que os primeiros lutavam por direitos tradicionais, consuetudinários, enquanto que os segundos buscavam o cumprimento das cláusulas dos contratos de trabalho legais assinadas ainda em suas terras-natais, antes do embarque para o Brasil.

¹³ SCOTT, James C. **Domination and the Arts of Resistance**. Hidden Transcriptions. New Haven: Yale University Press, 1990.

¹⁴ "Pública" significa ação que é abertamente declarada à outra parte na relação de poder e "Transcrição", no sentido jurídico que utiliza Scott, significa gestos, palavras, ações e expressões culturais. São, se assim podemos dizer, as representações produzidas por ambas as partes e, por representação, entendemos o modo através do qual uma determinada realidade social é dada a ler, construída e pensada.

¹⁵ SCOTT, James C. **Domination and the Arts**...op. cit., p. 32-6.

¹⁶ SCOTT, James C. **Domination and the Arts**...op. cit., p. 2-4.

¹⁷ Idem., p. 14.

¹⁸ MONSMA, Karl. "James C. Scott e a Resistência Cotidiana no Campo: uma avaliação crítica". In: **BIB**, Rio de Janeiro, n.º. 49, 1.º Semestre de 2000. p. 102.

¹⁹ SCOTT, James C. **Domination and the Arts**...op. cit., p. 37-8.

²⁰ Idem. p. 118.

²¹ Idem. p. 120-2.